

Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344 emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata da reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, desta forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira passou por ajustes em 2015, objetivando corrigir os desequilíbrios acumulados nos anos anteriores, fruto da expansão creditícia e fiscal. A política econômica concentrou-se no processo de realinhamento de preços, na redução das intervenções sobre o câmbio e, principalmente, na recuperação fiscal no intuito de estabilizar a dívida pública. Ainda que a política econômica traçada estivesse na direção correta, dificuldades para aprovação das medidas propostas inviabilizaram o ajuste fiscal pretendido. A perspectiva de déficits fiscais crescentes, alimentando a expansão do endividamento público, elevou a percepção de risco da economia brasileira. Como consequência, o país perdeu o grau de investimento pelas agências de risco, ao mesmo tempo em que o real se depreciou. A economia passou por uma crise de confiança, reduzindo os investimentos, o consumo, tendo como consequência a elevação dos índices de desemprego. A inflação oficial ficou em 10,7%, refletindo, principalmente, a correção dos preços administrados, que subiram 18,1%, enquanto os demais preços da economia acumularam elevação de 8,7%, em consequência da depreciação cambial verificada no período. Estimativas de mercado projetam uma queda próxima de 4,0% no PIB brasileiro em 2015. No mercado de trabalho, cerca de 1,8 milhão de vagas foram fechadas no segmento formal da economia. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 7,0%, contra 4,8% em 2014. Alguns ajustes no sentido de melhorar os fundamentos da economia brasileira têm sido realizados. O Banco Central encontra-se empenhado em trabalhar para que a inflação de 2015 não impacte os preços em 2016 e 2017. Ao longo do ano, o Banco Central elevou a Selic em 250 pontos, colocando-a em 14,25% (11,75% no final de 2014). No setor externo, o ajuste decorrente de um câmbio mais depreciado levou a balança comercial a fechar 2015 com superávit próximo de US\$20 bilhões, enquanto o déficit em contas correntes recuou de US\$10,0 bilhões ao final de 2014, para um valor próximo de US\$60 bilhões em 2015. Pelo lado fiscal, os esforços caminham na busca de superávits que estabilizem a dívida pública no longo prazo, objetivando recuperar o grau de investimento atribuído pelas agências de rating. A melhora dos fundamentos econômicos é passo importante para a superação desse quadro nos próximos meses e anos. A recuperação da confiança dos agentes, que é condição necessária para isso, recolocará a economia em uma trajetória consistente de crescimento.

2. Principais informações financeiras: Os registros contábeis da aquisição da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (SULACAP) pela controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ) está sendo reprezentado

nas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora indireta Sul América S.A. (SASA), através do Ofício/CVM/SEP/GEA N°001/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP, controlada indireta da Companhia. Na época da decisão formalizada no ofício supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisão e, em 24 de novembro de 2015, a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando-a pública através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está represtando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negócios. Os efeitos nas demonstrações financeiras referentes aos ajustes mencionados anteriormente são apresentados na nota 2.2 das Notas Explanatórias.

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2015, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$10.389,7 milhões, com aumento de 20,7%. Os sinistros retidos somaram R\$8.441,2 milhões, representando 81,2% dos prêmios ganhos. O resultado patrimonial passou de R\$258,9 milhões em 2014 para R\$194,3 milhões no final do ano. O lucro líquido atingiu R\$692,9 milhões, com um crescimento de 22,9% comparado a 2014. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$3.569,2 milhões, com incremento de 13,5% sobre o exercício anterior. **4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto:** Em 28 de outubro de 2015, foi celebrado um contrato de cessão e transferência total de carteira de seguro saúde da Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAUDE) para a Companhia, onde a SULASAUDE transferiu, a valor contábil, a totalidade de sua carteira de planos de assistência à saúde – médicos e odontológicos (Carteira), com total preservação dos direitos dos associados pelo preço total de R\$4,3 milhões, pagos em 18/11/2015, após a comprovação da efetiva transferência da Carteira. **5. Distribuição do resultado:**

Descrição (R\$ milhões) 2014 2015 (Reapresentado) Variação
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde 10.389,7 8.610,2 20,7%
Sinistros retidos (8.441,2) (7.116,9) (18,6%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde 1.948,4 1.493,3 30,5%
Resultado bruto 1.650,3 1.294,7 27,5%
Resultado financeiro líquido 410,7 286,6 43,3%
Resultado patrimonial 194,3 258,9 (24,9%)
Resultado antes dos impostos e participações 967,5 719,8 34,4%
Resultado líquido 692,9 563,8 22,9%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2015, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$10.389,7 milhões, com aumento de 20,7%. Os sinistros retidos somaram R\$8.441,2 milhões, representando 81,2% dos prêmios ganhos. O resultado patrimonial passou de R\$258,9 milhões em 2014 para R\$194,3 milhões no final do ano. O lucro líquido atingiu R\$692,9 milhões, com um crescimento de 22,9% comparado a 2014. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$3.569,2 milhões, com incremento de 13,5% sobre o exercício anterior. **4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto:** Em 28 de outubro de 2015, foi celebrado um contrato de cessão e transferência total de carteira de seguro saúde da Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAUDE) para a Companhia, onde a SULASAUDE transferiu, a valor contábil, a totalidade de sua carteira de planos de assistência à saúde – médicos e odontológicos (Carteira), com total preservação dos direitos dos associados pelo preço total de R\$4,3 milhões, pagos em 18/11/2015, após a comprovação da efetiva transferência da Carteira. **5. Distribuição do resultado:**

Descrição (R\$ milhões) 2014 2015 (Reapresentado) Variação
Lucro antes dos impostos e participações 967,5 719,8
(-) Impostos e contribuições (242,3) (128,3)
(-) Participações (32,2) (27,6)

Descrição (R\$ milhões)	2015	2014
Lucro líquido do exercício	692,9	563,8
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	10,8	(5,3)
Lucro líquido após compensações	703,7	558,5
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(35,2)	(27,9)
Lucro líquido ajustado	668,5	530,6
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	167,1	132,6
(-) Dividendos antecipados pagos a serem considerados nos dividendos obrigatórios – conforme RCA aprovada em 10/04/2015.	56,6	16,0
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios	110,5	110,5
Bruto	130,0	130,0
Imposto de renda	(19,5)	(19,5)
Saldo dos dividendos obrigatórios	–	6,1
Juros sobre capital próprio capitalizados considerados como dividendos obrigatórios - conforme RCA aprovada em 30/09/2015	86,6	–
Juros sobre capital próprio pagos considerados como dividendos obrigatórios- conforme RCA aprovada em 30/09/2015	43,4	–
Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 10/04/2015	73,4	–
Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 09/11/2015	44,0	–
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	–	6,1
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	364,5	378,4

6. Investimentos: Em 31/12/2015, a Companhia manteve investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$662,3 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$79,3 milhões, Sul América Saúde Companhia de Seguros no montante de R\$89,8 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$328,8 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$45,2 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$55,4 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$0,9 milhão. **7. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **8. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e em 01 de janeiro de 2014 (em milhares de reais)

	Notas	31/12/2015	(Reapresentado)	01/01/2014		Notas	31/12/2015	(Reapresentado)	01/01/2014
Ativo					Passivo				
Circulante		3.991.424	2.851.782	2.318.353	Circulante		2.569.416	2.045.594	1.681.911
Disponível	–	11.750	20.132	19.636	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	2.106.970	1.708.959	1.273.371
Realizável	–	3.979.674	2.831.650	2.298.717	Provisão de prêmios	–	260.206	211.734	132.346
Aplicações financeiras	5	3.205.040	2.378.529	1.926.451	Provisão de prêmios não ganhos	–	240.275	195.871	117.272
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	–	2.121.016	1.653.335	1.447.498	Provisão para remissão	–	19.931	15.863	15.074
Aplicações não vinculadas	–	1.084.024	725.194	478.953	Provisão de sinistros a liquidar para SUS	–	18.814	14.343	14.724
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	210.074	234.175	179.515	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	1.189.329	970.090	747.154
Prêmio a receber	6.1	204.663	229.394	175.540	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	638.621	512.792	379.147
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–	1.286	2.678	Débitos de operações de assistência à saúde	–	42.228	70.966	89.950
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	5.411	3.495	1.297	Contraprestações / prêmios a restituir	–	40	–	–
Despesas diferidas	7	120.025	130.964	111.269	Comercialização sobre operações	–	17.574	17.441	13.478
Créditos tributários e previdenciários	8	2.360	1.966	5.078	Operadoras de planos de assistência à saúde	–	–	13.339	35.235
Bens e títulos a receber	9	440.399	85.731	74.430	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	24.614	40.186	41.237
Despesas antecipadas	–	1.776	285	1.974	Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	41.936	–	38.156
Não circulante	–	3.076.753	3.193.527	2.729.198	Provisões	–	130.452	48.376	38.156
Realizável a longo prazo	–	1.714.121	1.774.121	1.570.954	Provisões para IR e CSLL	–	76.272	17.694	2
Aplicações financeiras	5	2.011	2.345	2.342	Provisões para ações judiciais	15.2	54.180	30.682	38.154
Aplicações não vinculadas	–	2.011	2.345	2.342	Tributos e encargos sociais a recolher	–	71.013	64.923	51.489
Créditos tributários e previdenciários	8	86.151	67.220	53.437	Empréstimos e financiamentos a pagar	–	–	–	73
Despesas de comercialização diferidas	7	325.985	186.812	163.110	Débitos diversos	17	176.817	152.370	228.872
Ativo fiscal diferido	8	203.492	150.272	148.398	Não circulante	–	929.600	<	

Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Ágio (Deságio) em transações de capital	Total das reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2014	1.702.000	(6.923)	(6.923)	18.386	1.315.992	1.334.378	(45.967)	(361.053)	—	2.622.435
Reflexo reversão de combinação de negócios - (nota 2.2)	—	(40.985)	(40.985)	—	3.853	3.853	(1.617)	—	—	(38.749)
Saldo ajustado em 01/01/2014 (Reapresentado)	1.702.000	(47.908)	(47.908)	18.386	1.319.845	1.338.231	(47.584)	(361.053)	—	2.583.686
Aumento de capital em espécie conforme AGE de 30/07/2014 e 30/09/2014	134.393	—	—	—	—	—	—	—	—	134.393
Outros ajustes	—	—	—	—	(10)	(10)	—	—	1.616	1.606
Deságio em transação de capital	—	7.995	7.995	—	—	—	—	—	—	7.995
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	4.424	—	—	4.424
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	563.805	563.805
Proposta da destinação do resultado:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	27.926	—	27.926	—	—	(27.926)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	378.440	378.440	—	—	(378.440)	—
Reflexo - reversão combinação de negócio (nota 2.2)	—	—	—	—	6.908	6.908	—	—	(6.908)	—
Dividendos antecipados - R\$0,20593 por ação ON e R\$0,22652 por ação PN	—	—	—	—	—	—	—	—	(16.000)	(16.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$1,67317 por ação ON e R\$1,84048 por ação PN	—	—	—	—	—	—	—	—	(130.000)	(130.000)
Dividendos propostos - R\$0,0791 por ação ON e R\$ 0,0870 por ação PN	—	—	—	—	—	—	—	—	(6.147)	(6.147)
Saldo em 31/12/2014 (reapresentado)	1.836.393	(39.913)	(39.913)	46.312	1.705.183	1.751.495	(43.160)	(361.053)	—	3.143.762
Aumento de capital em espécie conforme AGE de 30/07/2014 e 30/09/2014	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reversão de reserva estatutária - reflexo combinação de negócios (nota 2.2)	—	—	—	(10.751)	(10.751)	—	—	10.751	—	—
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	(50.113)	—	—	(50.113)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	692.912	692.912
Proposta da destinação do resultado:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	35.183	—	35.183	—	—	(35.183)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	364.480	364.480	—	—	(364.480)	—
Dividendos obrigatórios antecipados pagos - R\$0,7103 por ação ON e R\$0,7813 por ação PN conforme RCA aprovados em 10/04/2015	—	—	—	—	—	—	—	—	(56.620)	(56.620)
Juros sobre o Capital Próprio capitalizados e pagos - R\$1,6732 por ação ON e R\$1,8405 por ação PN conforme RCA aprovados em 30/09/2015	86.600	—	—	—	—	—	—	—	(130.000)	(43.400)
Dividendos adicionais propostos pago - R\$0,9205 por ação ON e R\$1,0126 por ação PN conforme RCA aprovados em 10/04/2015	—	—	—	—	—	—	—	—	(73.380)	(73.380)
Dividendos adicionais propostos pago - R\$0,5520 por ação ON e R\$0,6071 por ação PN conforme RCA aprovados em 09/11/2015	—	—	—	—	—	—	—	—	(44.000)	(44.000)
Saldo em 31/12/2015	1.922.993	(39.913)	(39.913)	81.495	2.058.912	2.140.407	(93.273)	(361.053)	—	3.569.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional. A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE denominada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada (SALIC) com 63,76% de ações ordinárias e 69,89% de ações preferenciais, com participação total de 65,27%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A.(SASA). A SASA é controlada pela SulasaPar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,68% de participação total. A SASA, por deter participação no capital dos demais acionistas, é a controladora indireta da Companhia, com 100% de participação no capital total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 25 de fevereiro de 2016 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. As demonstrações financeiras de 01/01/2014 e 31/12/2014 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes e as demonstrações financeiras de 31/12/2015 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A mudança de auditores ocorreu por força regulatória. **1.1. Transferência de carteira da Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAUDE).** Em 28 de outubro de 2015, foi celebrado um contrato de cessão e transferência total de carteira de seguro saúde da SULASAUDE para a Companhia, onde a SULASAUDE transferiu, a valor contábil, a totalidade de sua carteira de planos de assistência à Saúde – médicos e odontológicos (Carteira) com total preservação dos direitos dos associados pelo preço total de R\$4.255 pago, em 18/11/2015, após a comprovação da efetiva transferência da carteira. A vigência média da carteira é de 12 meses. A carteira transferida está demonstrada a seguir:

Ativo	Circulante	94.281
Aplicações	80.907	
Contraprestação / Prêmios a receber	5.733	
Despesas de comercialização diferidas	7.041	
Outros	600	
Não circulante	32.604	
Despesas de comercialização diferidas	32.604	
Total	126.885	

Passivo

Passivo	Circulante	120.184
Provisões técnicas de operações	117.426	
Débitos de operações de assistência a saúde	113	
Outros	2.645	
Não circulante	2.446	
Provisões técnicas de operações	1.013	
Provisão para ações judiciais	1.433	
Total	122.630	
Acervo líquido	4.255	

A operação está alinhada com os objetivos estratégicos da Sul América. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 344 emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessa demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Como parte de uma revisão na política de divulgação do grupo, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa pelo método indireto. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/02/2016. **2.2. Reapresentação: Efeitos por reflexo referentes à reclassificação da aquisição da controlada indireta Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (SULACAP):** Os registros contábeis da aquisição da SULACAP pela controlada Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ) estão sendo reapresentados nestas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora indireta SASA, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-Nº001/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP controlada indireta da Companhia. Na época da decisão formalizada no ofício supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisão e em 24 de novembro de 2015 a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando-a pública através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está reapresentando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negócios. Os efeitos nas demonstrações financeiras referentes aos ajustes mencionados anteriormente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2014, são os seguintes: **2.2.1. Efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:**

	31/12/2014
Ativo circulante	2.851.782
Ativo não circulante	3.227.669
Total	3.193.527
Créditos tributários e previdenciários	67.220
Ativo fiscal diferido	150.272
Depósitos judiciais e fiscais	1.364.482
Investimentos (a)	1.384.573
Participações societárias	1.384.549
Outros investimentos	24
Outros	261.122
Total	6.079.451
Publicado	Ajustes
2.851.782	—
3.227.669	(34.142)
Total	3.193.527

	31/12/2014
Passivo circulante	2.045.594
Passivo não circulante	855.953
Patrimônio líquido (a)	3.177.904
Capital social	1.836.393
Reserva de capital	1.072
Reserva de lucros	1.740.744
Ajustes	

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros simples de 9,36% ao ano nos processos civis e pela TR e juros simples de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais civis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.9.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer ate o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou constitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.10. Incentivo em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores e o plano é especificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. Atualmente, ainda temos opções em aberto dos programas de 2010 a 2012. A partir de 2013, o plano foi reformulado e passou a ter somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dadas a seus executivos (vide nota 19.4).

3.11. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição for aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.12. Benefícios a empregados: Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.13. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Despesas de comercialização deferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e • Provisões para ações judiciais (nota 15).

3.14. Normas e interpretações novas e revisadas: **3.14.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras:** A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015:** A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas em vigor, já emitidas e ainda não efetivas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 – Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019; • Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas - Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 - Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo judicial de divulgação de demonstrações financeiras - Em vigor a partir de 01/01/2016. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o façã antes da data requerida da sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.14.2. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): • Resolução Normativa nº 390: Esta norma foi emitida pela ANS em 02/12/2015, com início de vigência em 01/01/2016, e delibera sobre plano de contas e divulgação em geral. A Companhia analisou a norma e constatou que o impacto relevante é a obrigatoriedade da divulgação, para as empresas reguladas pela ANS, de três novas notas explicativas: resultado por segmento, tributo por exercício de competência da dívida tributária (IN 20) e ágio na aquisição de carteiras. A Companhia está adaptando seu processo para a geração das notas explicativas e irá atender as exigências regulatórias no prazo requerido.

4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da SulAmérica tem como finalidade supor tar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

• **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

• **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

• **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta a riscos, e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pre-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a SulAmérica apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. O Conselho de Administração é responsável por executar a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo CoR. A execução do processo é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização, conforme descrito a seguir:

1ª Linha de defesa: • Donos dos riscos: Responsáveis por fornecer insumos para a área de riscos corporativos nas etapas de ERM. Além, de monitorar os riscos mantendo os controles internos eficientes, supervisionando e propõe planos de ação para a mitigação dos mesmos; e • **Unidades de negócios e áreas de apoio:** Áreas da Companhia que possuem riscos inerentes às suas operações.

2ª Linha de defesa: • Comitê de riscos: Responsável pelas decisões relacionadas a todas as etapas do processo de ERM, além de monitorar os limites e tolerância a riscos, definidos no apetite a riscos vigente;

3ª Área de riscos corporativos: Executa as etapas do processo de ERM, prioriza os riscos, modela os impactos de quantificação e fornece relatórios para o gerenciamento de riscos. Reporta estas atividades ao CoR;

• Compliance: Responsável por monitorar e reportar a situação da Companhia frente aos limites regulatórios e internos; e • **Área de segurança da informação:** Responsável por identificar, monitorar e gerar

planos de ação referentes aos riscos associados aos fluxos e trocas de dados contendo informações de uso restrito da Companhia.

3ª Linha de defesa:

• **Comitê de auditoria:** Tem, dentre suas atividades, o papel de avaliar o processo de ERM entre as linhas de defesa verificando o cumprimento dos protocolos estabelecidos pelas políticas vigentes; e • **Auditoria interna de riscos:** Provê avaliações sobre a eficácia da governança e do processo de ERM, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controles. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a SulAmérica está sujeita. A SulAmérica desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais (incluindo risco de compliance). As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Riscos estratégicos: É decorrente do risco de perdas pelo insucesso das estratégias adotadas e inclui o risco de sustentabilidade.

A SulAmérica conta hoje com áreas específicas focadas no gerenciamento dos planos estratégicos, responsáveis por monitorar o market share e a imagem da organização no mercado. Além do monitoramento das variáveis de impacto nas estratégias adotadas pela SulAmérica, a Vice-Presidência de Planejamento e Marketing tem como foco elaborar planos de ação para mitigação dos potenciais riscos estratégicos que possam afetar os resultados esperados relacionados às iniciativas. É função do Comitê de Sustentabilidade coordenar as ações referentes ao tratamento dos riscos socioambientais e de sustentabilidade que em sua avaliação possam prejudicar os resultados da Companhia no curto ou longo prazo em quantidade superior aos limites estabelecidos no apetite a riscos vigente. A estratégia de aproveitar as oportunidades e levar opções de produtos aos clientes também é reforçada pela forte presença em todas as regiões do Brasil. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro de saúde por unidade de Federação.

UF	Representatividade
SP	69,8%
RJ	10,1%
BA	5,6%
PE	5,2%
DF	2,0%
Outros	7,3%
Total	100,0%
	100,0%

Observação: Não incluem outras receitas operacionais.

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas previsões ou na constituição das provisões técnicas. Na SulAmérica, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do produto em questão. Em Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes insuficientes de prêmios autorizados pelo órgão regulador, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituídas, decorrente da possível insuficiência das provisões administrativas e judiciais para os sinistros da carteira de Saúde.

4.2.1. Risco de precificação: Atualmente, a SulAmérica possui modelos atuariais específicos de precificação, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de riscos antes da tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias, e nos acompanhamentos periódicos de produtos, a SulAmérica possui o PARP, que é um Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP). Este procedimento é avaliado tendo em vista os seguintes aspectos:

• **Preço e subscrição:** Visando o retorno de metas estabelecidas;

• **Risco de fraude:** Exposição a riscos de fraude e/ou lavagem de dinheiro;

• **Comercial:** Viabilidade de alcançar a expectativa de vendas, análises de escopo e competitividade do produto, dos canais de distribuição e da política de preço/aceitação;

• **Compliance:** Riscos de lavagem de dinheiro e riscos de reputação (corrupção) relacionada a atividades ilícitas;

• **Contábil:** Implicações na contabilização dos resultados e se as regras de cálculo dos tributos estão corretas;

• **Financeiro:** Avaliação dos impactos do produto nas seguintes áreas: geração de caixa, no caixa livre, controle de investimentos, compras, contas a pagar, a receber, cobrança e tesouraria;

• **Jurídico:** Avaliação sobre os aspectos jurídico-regulatórios;

• **Estratégico:** Alinhamento à estratégia vigente e futura, incluindo aspectos competitivos, concorrentiais e de posicionamento estratégico - da SulAmérica;

• **Riscos corporativos:** Impactos nas categorias de riscos corporativos, agregado a avaliação sobre os riscos priorizados pela Companhia;

• **Sustentabilidade:** Avaliação sobre o alinhamento à Política de Sustentabilidade, Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI), Iniciativa Estratégica de Sustentabilidade e lista de exclusão do IFC;

• **Visão do cliente:** Avaliação no que tange à Visão do Cliente. O parecer destes aspectos é emitido pelas seguintes áreas da Companhia: Atuarial, Auditoria, Interna, Comercial, Compliance, Contabilidade, Financeiro, Jurídico, Planejamento, Estratégico, Riscos Corporativos, Sustentabilidade e Visão do Cliente. Adicionalmente, a SulAmérica conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar:

• Processos de eficiência de custos;

• Auditorias preventivas pré-pagamentos;

• Otimização de rede de prestadores de serviços;

• Programas de saúde ativa. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio líquido. As variáveis de medição escolhidas para representar as possíveis oscilações citadas são: sinistralidade, despesas administrativas e custos de aquisição.

4.3. Exposição residual: A exposição cambial, assim como os derivativos, são usados apenas para hedge. A tabela a seguir apresenta a exposição residual ao risco cambial, de renda variável e inflação. A sensibilidade das exposições em renda variável e inflação são apresentadas na nota 5.3.

Exposição ao risco de renda variável e inflação

	2015	2014

</tbl_r

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor.

4.7. Gestão de capital: A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2015 e 2014, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no período.

Descrição	2015	2014
Patrimônio líquido (a)	3.569.161	3.177.904
Adições		
Obrigações legais	391.968	486.581

Deduções

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

(a) Refere-se aos créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados; (b) Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Provisão para tributos diferidos" no passivo não circulante, mas para fins de divulgação, conforme determinado pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, estão sendo apresentados líquidos dos créditos tributários. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando relacionados a diferenças temporárias oriundas de amortizações de ágio de investimentos permanentes. As bases e os impostos não registrados contabilmente, em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2015, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	524	131
Diferenças temporárias - CSLL	18.625	2.794
Total	19.149	2.925

Majoração da CSLL: A Lei 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários de CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - CSLL	189.720	9.486
Total	189.720	9.486

9. Bens e títulos a receber:

Descrição	2015	2014
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	34.851	41.236
Recursos bloqueados (Nota 14.1)	21.288	24.331
Adiantamento a prestadores de serviços de saúde	18.172	10.382
Depósitos judiciais (a)	276.457	6.111
Compromissos mobiliários	80.000	—
Outros	9.631	3.671
Total	440.399	85.731
Circulante	440.399	85.731

(a) Refere-se ao processo de INSS médico que, em 14/08/2015, a Companhia obteve uma decisão favorável nos autos de processo com expectativa de levantamento do depósito judicial nos próximos 12 meses. **10. Participações societárias:** A seguir, os investimentos da Companhia:

	SANTA CRUZ (1)	SULAMED (2)	SULASAÚDE (3)	SULASEG (4)	SAMI (5)	SULODONTO (6)	SAGA (7)	Total
Saldo em 01/01/2014	476.063	85.238	120.213	366.446	46.261	46.051	—	1.140.272
Reflexo - reversão de combinação de negócio (nota 2.2)	(38.749)	—	—	—	—	—	—	(38.749)
Saldo em 01/01/2014	437.314	85.238	120.213	366.446	46.261	46.051	—	1.101.523
Aumento de capital (b)	—	—	65.028	—	—	—	—	65.028
Deságio em transação de capital próprio	7.995	—	—	—	—	—	—	7.995
Equivalência patrimonial (a)	(17.609)	(1.068)	(13.356)	(40.000)	(15.332)	(4.000)	—	(91.365)
Ajustes de avaliação patrimonial	80.203	4.495	56.542	88.278	20.828	8.662	—	259.008
Outros ajustes	5.573	—	(125)	1.279	46	—	—	6.773
Saldo em 31/12/2014	514.144	88.665	228.302	416.780	51.803	50.713	—	1.350.407
Aumento de capital (b)	135.037	—	—	—	—	—	171	135.208
Redução de capital (c)	—	—	(80.000)	—	—	—	—	(80.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(21.124)	(33.500)	(114.000)	(103.900)	(28.873)	(10.000)	(227)	(311.624)
Equivalência patrimonial (a)	78.191	2.161	55.580	20.382	22.238	14.702	942	194.196
Ajustes de avaliação patrimonial	(43.955)	(1)	(56)	(4.465)	1	—	—	(48.476)
Outros ajustes	2	—	—	—	—	—	—	2
Saldo em 31/12/2015	662.295	57.325	89.826	328.797	45.169	55.415	886	1.239.713

Descrição	SANTA CRUZ (1)	SULAMED (2)	SULASAÚDE (3)	SULASEG (4)	SAMI (5)	SULODONTO (6)	SAGA (7)	Total
Ativo	820.289	136.556	239.991	6.795.809	86.528	78.471	14.794	
Passivo	157.993	79.231	150.165	6.561.548	41.358	23.056	5.932	
Patrimônio líquido	662.296	57.325	89.826	234.261	45.170	55.415	8.862	
Receita líquida	77.572	6.349	396.402	70.915	63.239	78.736	19.222	
Lucro líquido do exercício	78.191	2.161	55.580	20.290	22.238	14.702	9.425	
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	10%	
Valor contábil do investimento	662.295	57.325	89.826	328.797	45.169	55.415	886	1.239.713
Quantidade de ações ordinárias	9.002	2.494.197.660	6.268	29.630.261	17.166.836	40.894.358	170.800	

Descrição	SANTA CRUZ (1)	SULAMED (2)	SULASAÚDE (3)	SULASEG (4)	SAMI (5)	SULODONTO (6)	SAGA (7)	Total
Ativo	713.304	153.966	449.210	5.553.875	101.025	66.604	—	
Passivo	165.018	65.301	220.908	5.148.359	49.222	15.891	—	
Patrimônio líquido	548.286	88.665	228.302	405.516	51.803	50.713	—	
Receita líquida	—	725.725	838.145	420.541	3.886	44.888	—	
Lucro líquido do exercício	73.294	4.495	56.228	87.717	20.874	8.661	—	
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	10%	
Valor contábil do investimento	514.144	88.665	228.302	416.780	51.803	50.713	1.350.407	
Quantidade de ações ordinárias	7.269	2.494.197.660	6.268	29.630.261	17.166.836	40.894.358	170.800	

(a) No exercício findo em 31/12/2015, a equivalência patrimonial de R\$194.196 (R\$259.008 em 2014), está registrada na rubrica "Resultado patrimonial" que contempla também, outras receitas líquidas em R\$122 e de despesas líquidas em 2014 de R\$121; (b) Em 30/09/2014, a Companhia aumentou o capital da SULASAÚDE em R\$65.028, com a emissão de 1.640 novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 39.651,47 por ação. Em 12/06/2015, a Companhia aumentou o capital da SANTA CRUZ em R\$135.037, com a emissão de 1.733 novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$77.920,77 por ação; e (c) Em 03/11/2015, a Companhia reduziu o capital da SULASAÚDE em R\$80.000, sem alteração no número de ações, proporcionalmente à de R\$12.761,21 por ação.

Legenda:

Empresas	Principal atividade
(1) Sul América Santa Cruz Participações S.A. - (SANTA CRUZ)	Participação
(2) Sul América Serviços de Saúde S.A. - (SULAMED)	Operadora de Planos de Saúde
(3) Sul América Saúde Companhia de Seguros - (SULASAÚDE)	Operadora de Planos de Saúde Seguradora
(4) Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - (SULASEG)	Gestão de Recursos de Terceiros
(5) Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - (SAMÍ)	Operadora de Planos de Saúde Odontológico
(6) Sul América Odontológico S.A. - (SULODONTO)	Gestão de Recursos de Terceiros
(7) Sul América Investimento Gestora de Recursos S.A. (SAGA)	Gestão de Recursos de Terceiros

11. Intangível:

Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)								
Custo								

<tbl_r cells="2" ix="4" max

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações (a)	Total
Contas a pagar				
2015	29.086	–	16.192	45.278
2014	25.721	–	16.998	42.719
Despesas				
2015	(43.323)	(1.379)	(5.571)	(50.273)
2014	(44.896)	(1.236)	(4.164)	(50.296)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.10). **14. Compromissos e ônus a liquidar:** Em 31/12/2015, a Companhia possui recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referente às demandas judiciais no montante de R\$21.288 (R\$24.331 em 2014), registrados na rubrica "Bens e títulos a receber", no ativo circulante. **14.2. Garantia das provisões técnicas:** A Companhia possui bens vinculados à ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2. **14.3. Contrato de aluguel – São Paulo:** Em 04/12/2011, a Companhia, a SAUDE (incorporada pela Companhia), SALIC, e a SULASEG, renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que expiraria em 03/12/2016. Durante esse prazo, cada empresa pagaria uma quantia mensalmente, sendo à Companhia o valor de R\$1.821, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 59,3% sobre este montante. Em decorrência da rescisão antecipada do contrato de locação para 30/11/15, foi aplicada uma multa de R\$ 1.125. Em 04/07/2013, a Companhia, a SAUDE (incorporada pela Companhia), SALIC, e a SULASEG, assinaram o contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a Companhia se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$2.267, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à ela um percentual de 59,3% sobre este montante, sendo o restante de responsabilidade das demais. O pagamento do primeiro aluguel foi em 05/08/2015, referente ao período de 15/06/2015 a 31/07/2015, já com a variação do IGP-M desde 01/01/2013. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a Companhia poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. **15. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2015 e 2014, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

15.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2015	2014
Fiscais:		
COFINS	308.446	286.084
PIS	89.425	83.181
Contribuição social	270.622	210.894
Imposto de renda	104.894	98.025
Outros	6.169	7.292
Subtotal	779.556	685.476
Previdenciárias:		
INSS (a)	119.881	505.548
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	6.830	10.819
Ações cíveis	187.361	162.639
Subtotal	194.191	173.458
Total	1.093.628	1.364.482
Não circulante	1.093.628	1.364.482

15.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2015 e 2014, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisãoando o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a Companhia passou a depositar e provisionar, a partir de junho de 2009, somente os valores referentes a receita de sua atividade de seguro. Os citados depósitos foram realizados até junho de 2014, quando a Companhia interrompeu os depósitos judiciais e começou a realizar o seu pagamento. Atualmente, os valores referentes à majoração de 1% sobre as receitas provenientes das atividades de seguros estão totalmente provisionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração de 1% sobre as receitas provenientes das atividades de seguros e reputam como possível a incidência desta contribuição sobre as outras receitas. **PIS:** A Companhia questionava a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. Assim, em Junho/2008, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Adicionalmente, a Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Companhia (e incorporadas), o direito de calcular e pagar o PIS, no período de Janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado, mas aguarda a homologação dos cálculos para levantamento do depósito judicial. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indevidável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrhou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstrui a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Atualmente, a Companhia aguarda a conversão em renda do depósito judicial realizado devido a decisão desfavorável já transitada em julgado. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. **CSLL:** De Janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição do artigo 72, III do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10/1996, a companhia passou a ficar sujeita ao reembolho da CSLL à alíquota de 30%. Assim, a Sul América Previdência Privada S.A., incorporada pela Companhia, impetrhou o Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que assegurou o direito de não se sujeitar às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Em 18/11/2015, a Companhia levantou o valor de R\$314, e realizou a reversão da provisão no mesmo valor, restando a conversão em renda do saldo remanescente. **15.4. Provisões judiciais:** INSS: A Companhia vem questionando e depositando judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. A Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. **15.5. Contingências:** Em 31/12/2015, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$615.339 (R\$560.872 em 2014). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$322.094 (R\$276.249 em 2014) refere-se principalmente às obrigações fiscais. A parcela não provisionada, no valor de R\$293.245 (R\$284.623 em 2014) é composta principalmente pelo montante de R\$93.301 (R\$90.478 em 2014) relativos aos autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização do ágio oriundo de incorporação da controladora SLT Participações S.A. nos anos calendários 2005, 2006 e 2007. Em 31/12/2015, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de, respectivamente, R\$11.839 (R\$9.946 em 2014) e R\$3.715 (R\$3.741 em 2014). **16. Refinanciamento fiscal - REFIS:** Em 31/12/2013, a Companhia aderiu ao REFIS, referente à Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar valores relativos à CSLL, IRPJ, INSS e multas aplicadas pela ANS e resarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e ou judicial. O parcelamento prevê o pagamento em até 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC. O montante total das obrigações na data da adesão foi de R\$ 18.312, no qual está compreendido o valor de R\$ 5.783 (líquido da redução dos benefícios) registrado no passivo circulante será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em julho de 2014, a Companhia aderiu à reabertura do REFIS estabelecida pela lei 12.973, com o objetivo de pagar com depósito valores relativos à IRPJ e CSLL, que estavam em discussão na esfera judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluído nesse REFIS, foi de R\$ 5.796 (líquido da redução dos benefícios previstos), que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em 31/12/2015, as obrigações estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher," no passivo circulante e na rubrica "Parcelamento de tributos e contribuições" no passivo não circulante, sendo R\$14.113 (R\$19.970 em 2014) no passivo circulante e R\$5.097 em 2014 no passivo não circulante. **17. Débitos diversos:**

Descrição	2015	2014
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (nota 18.7)	–	6.147
Depósitos de beneficiários e de terceiros (a)	17.688	16.333
Honorários a pagar	45	45
Outras obrigações com pessoal	86.956	74.899
Aluguel a pagar	5.326	5.242
Fornecedores	17.349	4.924

(a) A variação refere-se, basicamente, a transferência para o contas a receber (vide nota 9) de R\$276.457 relativos ao processo de INSS médico que, em 14/08/2015, a Companhia obteve uma decisão favorável nos autos de processo com expectativa de levantamento do depósito judicial nos próximos 12 meses. **15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:**

Descrição	Saldos em 01/01/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2014
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	95.501	42.820	13.136	(55.525)	95.932
Trabalhistas	8.034	1.907	1.056	(845)	10.152
Honorários	10.454	5.664	–	(5.818)	10.300
Outros	12.951	9.475	(1.848)	(6.688)	13.890
Subtotal	126.940	59.866	12.344	(68.876)	130.274
Tributárias:					
PIS	68.239	147	4.211	(26)	72.571
COFINS	219.513	7.653	15.010	–	242.176
CSLL	165.629	20.411	14.226	(3)	200.263
IRPJ	87.603	–	6.606	(1.096)	93.113
INSS	36.150	4.337	1.987	–	42.474
Honorários	26.544	754	52	(10)	27.340
Outros	33.403	–	1.276	(1.126)	33.553
Subtotal	637.081	33.302	43.368	(2.261)	711.490
Total					841.764
Circulante					30.682
Não circulante					811.082

continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

19.5. Outras despesas operacionais: Em 2015, as "Outras despesas operacionais", no montante de R\$298.689 (R\$205.263 em 2014), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R\$298.500 (R\$205.173 em 2014) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$189 em 2015, compostos da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Despesas com operações de seguros	(7.485)	(6.819)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(105.873)	(60.208)
Serviços técnicos de seguros	(8.319)	(6.433)
Constituição da provisão para riscos de crédito	(56.704)	(18.974)
Taxas de administração de seguros	–	(19)
Despesas com cobrança de seguros	(120.308)	(112.810)
Total	(298.689)	(205.263)

19.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2015	2014
Títulos e valores mobiliários	355.021	225.896
Valor justo por meio do resultado	76.194	38.135
Disponível para venda	278.827	187.761

Operações de seguros	2015	2014
Total	40.343	33.958

Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais

Juros de mora	2015	2014
Total	(1.593)	(18)

Outros	2015	2014
Total	7.334	6.986

Total	410.694	286.646
--------------	----------------	----------------

Receitas financeiras:

Descrição	2015	2014
Valorização de cotas de fundos de investimentos	83.440	54.326
Títulos de renda fixa - privados	92.131	75.496
Títulos de renda fixa - públicos	191.524	116.830
Operações de seguros	41.789	35.093

Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	2015	2014
Total	98.342	79.649

Outras	2015	2014
Total	15.787	11.518

Total	523.013	372.912
--------------	----------------	----------------

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho; Carlos Infante Santos de Castro; Solange Beatriz Palheiro Mendes. **Diretoria:** Diretor-Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores-Vice-Presidentes:** Arthur Farme d'Armoed Neto; Marco Antonio Antunes da Silva; Maurício da Silva Lopes. **Diretores:** André Luiz Lauzana dos Santos; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Enio Tetsuo Fukai; Erika Fuga Rossi; Gabriel Antoine de Ségrur de Charbonnieres; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo é Gregorio; Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso; Patrícia Quirico Coimbra; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Solange Zaquem Thompson Motta; Tereza Villas Boas Veloso. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/0-7. **Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia de Seguro Saúde Rio de Janeiro – RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo

de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 31 de dezembro

de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.2, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 23 de fevereiro de 2016. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/0-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi
Contador - CRC 1RJ 081.401/0-5

Deloitte.

mais diversão
mais florestas plantadas
Você ❤ papel
Dá para entender



Você sabia que as empresas brasileiras produtoras de papel obtêm 100% da celulose a partir de florestas plantadas?

A área de florestas plantadas no Brasil equivale a 2.6 milhões de campos de futebol.**

Leia seu jornal favorito tranquilamente, pois o papel é feito de madeira natural e renovável.

Para descobrir fatos ambientais surpreendentes sobre a comunicação impressa e o papel, visite www.twosides.org.br

Two Sides é uma iniciativa que promove o uso responsável da comunicação impressa e do papel como uma escolha natural e reciclável para comunicações poderosas e sustentáveis.

*IBÁ, 2015.

**Two Sides Brasil, 2015.

A comunicação impressa e o papel têm uma ótima história ambiental para contar



www.twosides.org.br